

# **Enfrentar a política de desmonte do Estado, do PJU, MPU e do Serviço Público**

1. Esta Plenária da Fenajufe realiza-se em meio à maior crise econômica, política e moral da existência da República Brasileira, momento em que o governo Temer amarga a reprovação de aproximadamente 95% do povo brasileiro; momento em que o chefe do Poder Executivo é acusado de corrupção, obstrução de justiça, formação de quadrilha e é apoiado por um Congresso no qual grande parte dos parlamentares também responde a inquéritos ou processos criminais no STF, notadamente investigações relacionadas a corrupção. Vários ministros do governo também são acusados de crimes relacionados à corrupção.
2. Apesar desse quadro, o governo Temer aprovou propostas que retiram direitos históricos dos trabalhadores, inclusive do serviço público, a exemplo da emenda constitucional 95/2016, que estabelece congelamento por 20 anos dos gastos públicos primários, isto é, aqueles relacionados justamente aos serviços e investimentos públicos.
3. Esse mesmo governo, acusado de todos esses crimes pelo PGR, aprovou também uma reforma trabalhista, lei que amplia a terceirização e pretende ainda aprovar uma nova reforma da previdência, com a clara intenção de esvaziar com a previdência pública e ao mesmo tempo agradar os bancos com a ampliação do mercado para a previdência privada, a exemplo do Funpresp, imposto aos servidores públicos há alguns anos na sequência da reforma de 2003. O aumento da contribuição previdenciária e o fim da estabilidade são duras medidas dirigidas aos servidores públicos.
4. Essas medidas devem ter graves impactos nas condições de vida dos trabalhadores, seja em relação aos servidores públicos ou aos trabalhadores da iniciativa privada, e com mais intensidade ainda sobre os setores mais precarizados da classe. Essa ofensiva contra direitos históricos, conquistados ao longo de décadas, vem a serviço da pauta do grande empresariado e do capital internacional, como meio para a retomada da acumulação, dos investimentos e dos lucros, afetados pela grande crise da economia mundial. Assim como em governos anteriores e em outros momentos, a tônica é impor os custos da crise à classe trabalhadora. Esses custos sociais são brutais.
5. Apesar da gravidade dos ataques à classe trabalhadora como um todo, a resistência ainda não alcançou o grau de unidade necessário. Em vários setores há luta, como no serviço público federal, incluídos os servidores do Judiciário Federal e MPU que têm se mobilizado junto com outros setores do funcionalismo, além de trabalhadores da indústria como metalúrgicos e químicos. Mas falta ainda um grau maior de articulação entre os diferentes setores, que potencialize uma mobilização mais massiva contra o governo Temer.
6. Para isso, é necessário superar também o imobilismo de alguns setores e centrais sindicais que vacilam na defesa dos direitos da classe e apostam no quanto pior melhor para eleger seus candidatos em eleições futuras. Nessa conjuntura, não pode ser ignorado o papel exercido por burocracias sindicais e mesmo governistas vinculadas a interesses outros que não os da classe. Isso se dá também na contenção das lutas e em estratégias de divisão da classe a serviço dos interesses daqueles que buscam ganhar com as perdas dos trabalhadores e se apropriar do patrimônio público.
7. Em que pese a perversidade da política econômica adotada, e dos efeitos sociais das medidas que visam subordinar ainda mais o trabalho ao capital, percebe-se que a cúpula do

Judiciário tem cumprido papel de auxiliar e legitimar esses projetos, seja por omissão, seja por ação, considerando o seu papel institucional.

8. Por outro lado, apesar do apoio do grande empresariado às reformas do governo, persiste o cenário de grande instabilidade política, somado à crise econômica. O governo segue comprando apoio parlamentar à custa de recursos públicos, distribuindo cargos para se livrar das acusações que lhe foram feitas, e apostando na agenda de reformas como meio de sobrevivência.
9. Nesse contexto, somente uma grande mobilização da classe trabalhadora poderá interromper esse ciclo de ataques. O campo combativo e classista do movimento sindical deve aglutinar forças e se empenhar na construção de grandes lutas, rumo a uma nova greve geral, que una trabalhadores do serviço público com todos os demais setores da classe, contra o desmantelamento do Estado e dos direitos a muito custo conquistados.

Coletivo LutaFenajufe